

Dos crimes de um governador no Antigo Regime

Maria Marta Araújo



**Vila Rica em sátiras:
Produção e circulação
de pasquins em
Minas Gerais, 1732**
Adriana Romeiro
Unicamp
336 páginas | R\$ 60,00

É próprio da sátira, enquanto gênero literário ou forma de ver o mundo que herdamos dos antigos gregos, nos colocar diante de situações-limite, por vezes absurdas, em que somos capazes de rir e, ao mesmo tempo, nos reconhecer e indignar. Do ponto de vista da história e do conhecimento científico, as produções humorísticas são valiosos índices que revelam, apesar de efêmeros, as feições imprevisíveis e estranhas de algo que é aceito, socialmente ou por determinado grupo, como bastante familiar, por mais injusto, autoritário e discriminatório que possa vir a ser, como bem adverte Elias Saliba em artigo sobre as possibilidades de uma história cultural do humor.

A boa notícia é que os estudos sobre a sátira e o humor no Brasil, ainda escassos, é verdade, ganham uma fundamental contribuição com a obra de Adriana Romeiro: *Vila Rica em sátiras: Produção e circulação de pasquins em Minas Gerais, 1732*.

Primeiramente, por disponibilizar precioso conjunto de papéis satíricos que circulou no ano de 1732, em Minas Gerais e na própria sede do império português, com o propósito, aparentemente inofensivo, de “divertir” os povos e “festejar” a partida de dom Lourenço de Almeida, após sua longa e controversa atuação à frente do governo da mais preciosa “joia da coroa”, a capitania das minas do ouro e dos diamantes.

E, igualmente importante, pelos dois capítulos que nos colocam diante de uma expressiva cultura dos pasquins e da denúncia aberta que é feita, no caso específico dos papéis de Vila Rica, dos abusos de autoridade, do enriquecimento ilícito e demais crimes cometidos pelo governador, cuja culpa é confirmada pelas fontes daquela época, como asseveram as pesquisas realizadas pela autora em diferentes acervos, com destaque para a documentação do Arquivo Histórico Ultramarino.

Esse conjunto, que se encontrava até agora praticamente esquecido na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, é composto por cinco peças, a começar por uma carta supostamente dirigida a dom Lourenço dando conta das sátiras que contra ele se faziam, mas que ao final se transforma em verdadeiro capítulo de acusação. E as outras, mais galhofeiras e cômicas, que encenam, metaforicamente e em tom de paródia, a morte e as exéquias fúnebres do governador, prática bem assimilada na

cultura política do século XVIII, acentua Romeiro, em que o enterro simbólico de um mau governante podia ser festejado, inclusive, com grande alarde.

Mas o que teria feito o político para justificar tamanho “escândalo” e não ter, por parte da coroa, após a circulação das sátiras, o reconhecimento almejado pelos serviços prestados ao longo dos 11 anos em que administrou a capitania? Tinha a seu favor poderosos fatos: a manutenção da paz em Minas desde a revolta de 1720, que destituiu do mesmo cargo o conde de Assumar, e a extraordinária elevação das rendas da Fazenda Real, com a arrecadação dos quintos sobre o ouro e a arrematação dos contratos de obras públicas no território da capitania.

Seus crimes não foram poucos e o beneplácito da coroa foi conseguido, por isso mesmo, a preço de ouro. Conforme aponta Romeiro, ficou patente, à época, a “omissão” do governador em relação à descoberta dos diamantes e seu possível envolvimento no contrabando dessas pedras e do próprio ouro. Não foram poucas as vezes em que dom Lourenço excedeu sua própria jurisdição, distribuindo cargos a homens dispostos a todo tipo de violência em sua ambição desmedida pelas riquezas da terra e, principalmente, pelos privilégios que faziam girar a roda da fortuna naquela sociedade que se nutria da instabilidade para consolidar e constituir suas redes de poder. Aqui também reside a importância da obra de Adriana Romeiro e dos papéis satíricos de Vila Rica. Não apenas pelo riso, que certamente provocaram, mas pelas graves denúncias que levaram o próprio rei ao constrangimento e que nos chegam hoje, corroboradas pela história, devido às “alusões precisas a indivíduos, circunstâncias e eventos”. A autora ainda nos brinda com um apêndice de notícias biográficas que, juntamente com os demais achados, nos dão a dimensão concreta do que verdadeiramente se esconde por trás das práticas políticas e dos expedientes utilizados pelos poderosos de ontem e de hoje para burlar a justiça comum, dar vazão aos seus vícios e tomar de assalto o poder.

Maria Marta Araújo é historiadora do Programa de Pesquisa e Edição Coleção Mineiriana da Fundação João Pinheiro e autora de *Com quantos tolos se faz uma república: Padre Correia de Almeida e sua sátira ao Brasil oitocentista* (Editora da UFMG).

Uma investigação rara

Celi Hirata



A trama da natureza: Organismo e finalidade na época da Ilustração
Pedro Paulo Pimenta
Editora Unesp
469 páginas | R\$ 74,00

A especificidade da vida e do funcionamento do organismo e sua manifesta inexplicabilidade a partir das leis da física newtoniana estão entre as grandes questões do século XVIII. Como explicar a estrutura e as funções dos seres vivos de maneira inteiramente mecânica, sem recorrer às causas finais, tão condenadas pelo modelo vigente de ciência natural? Será possível deixar de conceber os organismos segundo o modelo da máquina produzida em vista de um fim? Eis questões que estão no centro das preocupações de pensadores como David Hume (1711-1776), Denis Diderot (1713-1784) e Immanuel Kant (1724-1804). O livro de Pedro Paulo Pimenta, professor do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP), parte daí e expõe seus desdobramentos para indicar como a constituição da biologia como ciência se deve a uma superação da oposição entre o orgânico e o mecânico.

O livro se inicia com Hume, que critica a analogia do mundo como máquina e que defende que nenhuma espécie de finalidade é necessária no estudo da natureza, inclusive quanto aos organismos. Na esteira da reflexão do pensador escocês, dos enciclopedistas e de George Buffon (1707-1788) e Louis Daubenton (1716-1800), autores da *História Natural*, Kant formula a questão dos organismos e da finalidade e advoga a imprescindibilidade do juízo teleológico no exame dos corpos orgânicos. Pimenta mostra como a partir dessa formulação desdobram-se duas vertentes de abordagem da história natural: uma que possui cunho experimental e é representada por Georges Cuvier (1769-1832), pai da anatomia comparada, e outra matriz que é transcendental, partindo da ideia de unidade e finalidade e que é encabeçada, por exemplo, por Geoffroy Saint-Hilaire (1779-1853).

Esse é um dos eixos da obra em torno do qual outras questões que lhe são estreitamente relacionadas são abordadas, como o modelo de equilíbrio de Adam Smith (1723-1790) para a economia e sua relação com o pensamento sobre os organismos, ou a relação entre razão, sistema e máquina, tal como foi pensada pelos autores da *Enciclopédia*, Diderot e Jean le Rond D'Alembert (1717-1783). Algumas importantes controvérsias que marcaram a história natural dos séculos XVIII e XIX são tratadas, como a questão se há ou não um

desenho originário da natureza que constitua uma estrutura comum aos seres organizados, se o princípio de estruturação do vivente é anatômico ou fisiológico, bem como se houve extinção de espécies ou não.

O autor descortina desdobramentos surpreendentes. Um dos mais interessantes é aquele que ocorre na denominada querela dos análogos. Cuvier, que rejeita a tese de perfeição e de plano único na natureza, será posteriormente associado a certo criacionismo, ao passo que Saint-Hilaire, defensor de uma concepção teleológica da natureza e da tese de que os seres naturais podem ser hierarquizados a partir de uma série una, será apropriado por uma espécie de estruturalismo, de acordo com o qual as formas sofrem variações sem que seja necessário qualquer recurso às causas finais. Posteriormente, Charles Darwin (1809-1882) se assenhora de aspectos da teoria de ambos para afirmar a preponderância dos fatores internos aos organismos na gênese de suas variações e se opor a Jean-Baptiste Lamarck (1744-1829).

A essa virtude se acrescentam outras. Pimenta fundamenta suas interpretações em finas análises de texto e de outros materiais, como desenhos e modelos. O autor realiza um tipo de investigação que ainda é rara, mesclando pensadores clássicos da história da filosofia e autores que usualmente são vistos como cientistas e naturalistas, mais propriamente do que como filósofos. Como bem indica, as metodologias e teorias adotadas por estes são de grande consequência para a filosofia.

O livro é composto por 16 capítulos que podem ser lidos separadamente. Há um intenso diálogo entre eles, mas não propriamente uma continuidade e muito menos linearidade. Por vezes, um mesmo tema é abordado a partir de diferentes perspectivas, como é o caso de alguns dos capítulos dedicados a Hume e a Kant. Assim como o termo “natureza” não possui um significado unívoco e seu estudo não se restringe à física, os assuntos do livro se apresentam a partir de diferentes relações e pontos de vista.

Celi Hirata é professora adjunta de história da filosofia moderna no Departamento de Filosofia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).